

## Proposta de melhoria nos novos Estatutos da Ordem dos Biólogos

Proposta de melhoria nos novos Estatutos da Ordem dos Biólogos: D

Agora que foram aprovadas na generalidade os Estatutos das Ordens, impõe-se clarificar e manter o processo da maior Harmonização possível entre as Ordens e ao mesmo tempo promover a Livre Concorrência tal como exigido pela União Europeia. Na medida em que além dos Farmacêuticos, também os Especialistas da OBio também são profissionais de saúde deve ficar assegurada a função da OBio em conjunto com o Estado atribuírem Especialidades no SNS. Assim, tal como foi aprovado no Estatuto da Ordem dos Farmacêuticos o seguinte

“Artigo 3

(...)

5-(...)

g) Emitir e revalidar cédulas profissionais e atribuir títulos de especialidade, sem prejuízo da titulação conjunta pela Ordem e pelo Estado”

Também deve estar a mesma referência de que a Ordem dos Biólogos também tem a função de atribuição conjunta de especialidades com o Estado:

Artigo 3

(...)

2- (...)

p) Emitir e revalidar cédulas e títulos de Especialidade profissionais, sem prejuízo da titulação conjunta pela Ordem e pelo Estado”

Proposta de melhoria nos novos Estatutos da Ordem dos Biólogos: C

Agora que foram aprovadas na generalidade os Estatutos das Ordens, impõe-se clarificar e manter o processo da maior Harmonização possível entre as Ordens e assim, tal como foi aprovado no Estatuto da Ordem dos Médicos o seguinte “Artigo 97

(...)

7- - O título de médico especialista é atribuído nas áreas previstas em regulamento da Ordem homologado pelo membro do Governo responsável pela área da saúde”

Também deve estar a mesma referência de que as Especialidades e subespecialidades da Ordem dos Biólogos são previstas em Regulamento Próprio e por isso deve constar nos Estatutos da da Ordem dos Biólogos o seguinte “Artigo 3

(...)

2-

(...)

d)- Conceder em exclusivo o título profissional de biólogo e dos respetivos títulos de especialização ou subespecialização profissional, previstos em Regulamento Próprio, homologado pelo membro do Governo responsável pela tutela;“